

# O canto vinha de longe, de lá do meio do mar: trajetos de putas transexuais na escola e no trabalho<sup>1</sup>

*The singing came from far, from the middle of the sea: paths of transsexual prostitutes at school and job*

Clara Hanke Ercoles\*<sup>1</sup>  
Eliane Rose Maio\*\*<sup>2</sup>

**Palavras-chave:**  
Educação;  
Mulheres transexuais;  
Prostituição;  
Cartografia.

**Resumo:** Quem conhece a lenda das sereias talvez ainda não tenha escutado a da sereia travesti, nem em casa, nem na escola, nem em algum lugar. Afinal, travestis e mulheres transexuais são violentadas em nossa sociedade. A maioria das instituições sociais, como a escola, e o mercado de trabalho formal não aceitam suas estilísticas de existência e as marginalizam, expulsando-as de seus espaços. Elas resistem, buscando sobrevivência e autonomia por meio da prostituição. Se um dos objetivos da educação escolar é formar para o trabalho, como foi a formação das travestis e mulheres transexuais putas? Por meio da Cartografia, mapeamos o trajeto escolar e profissional de duas mulheres transexuais, de duas cidades do interior do Paraná, usando suas entrevistas com o objetivo de compreender a expulsão que elas sofrem dos espaços formais de educação e de profissão. Através da partilha de suas histórias, percebemos que a expulsão acontece de fato e que isso não as imobiliza, mas faz com que resistam.

**Keywords:**  
Education;  
Transsexual women;  
Prostitution;  
Cartography.

**Abstract:** *Those who know the legend of the mermaids may not have heard that of the transvestite mermaid, neither at home, at school, or somewhere. After all, transvestites and transsexual women are attacked in our society. Most social institutions, such as the school, and the formal job market do not accept their styles of existence and marginalize them, expelling them from their spaces. They resist, seeking survival and autonomy through prostitution. If one of the goals of school education is to train for work, how was the training of transvestites and transsexual women? Through Cartography, we mapped the school and*

---

<sup>1</sup> Recebido em 19/10/2020. Aceito em 14/03/2021

\*<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPE) da UEM. E-mail: claraercoles@hotmail.com.

\*\*<sup>2</sup> Doutora em Educação Escolar - UNESP/Araraquara; professora da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: elianerosemaio@yahoo.com.br.

*professional trajectory of two transsexual women, from two cities in Paraná, using interviews in order to understand the expulsion they suffer from the formal spaces of education and profession. Through sharing their stories, we realize that the expulsion actually happens and that it does not immobilize them, but it makes them resist.*

## Introdução

**E**m um local cheio de sereias habita um mar de mistérios escondido e marginalizado por aquelas pessoas que não querem ouvir seu canto, sua voz. As sereias que escutamos são mulheres transexuais putas. Dessas escutas construímos a nossa Sereias do asfalto e suas trajetórias Educacionais, que foi defendida no dia 03 de junho de 2020, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com a orientação da Doutora Eliane Rose Maio, que possibilitou outras reflexões, como este texto.

Para aqui, a nossa inquietação se dá na reflexão e análise da formação escolar de travestis e mulheres transexuais que estiveram ou estão na prostituição para o trabalho. Se 90% delas estão na prostituição (ANTRA, 2018; 2019), como foi a educação escolar formal de travestis e mulheres transexuais putas?

A sociedade binária, cissexista, machista, elitista, branca, racista, heteronormativa, etc., odeia suas estilísticas de existência mas é a mesma que busca seus serviços. O espaço escolar violenta (LOURO, 2003) e o profissional cerceia suas expressões e seus corpos.

Durante a investigação, identificamos e discutimos várias situações que permeavam a questão do nosso objetivo, como a educação informal e educação menor, questão geracional, o mercado de trabalho, o encarceramento. Entretanto, por agora, nosso objetivo é debater sobre a expulsão das mulheres transexuais nos espaços formais de educação e profissão. Para isso, entrevistamos duas mulheres transexuais, de duas cidades do interior do Paraná e usamos a Cartografia como metodologia, como será detalhado a seguir.

## Metodologia

Nesta pesquisa, utilizamos da Cartografia, que, segundo Virgínia Kastrup (2015), investiga o processo da pesquisa e não foca apenas em apresentar um objeto de pesquisa. Esse método não entrega várias regras para se seguir, mas sim pistas. Para Rogério Machado Rosa (2017, pp. 192-193), a "cartografia e a escrita cartográfica dizem de um estilo de escrever e de pesquisar itinerantes, em trânsito e sem endereços e endereçamentos fixos".

O campo de pesquisa se dá em um processo de aprendizado da cartógrafa, sem pré-condições, mas provocada pela experiência. É despir-se das regras e estar atenta às situações, treinando nossa atenção e paciência (ALVAREZ; PASSOS, 2015). É ser atenta e sensível, experimentando devires.

Cartografar é experimentar devires. Implica entrar de corpo inteiro nas experiências, implica forjar experiências e (re)inventar o corpo nelas, e com elas. Pesquisar é correr riscos. É caminhar na navalha. É suspender o juízo. É abrir o corpo, (di)ferindo-o. É dançar desenfreadamente com tudo que pode, inclusive, deixar de ser (ROSA, 2017, p. 195).

Através dos excertos das entrevistas e narrações breves dessa pesquisa, você perceberá a presença constante da nossa amiga travesti Lua. Ela foi companhia para sentir segurança nas ruas pela noite e seria empática tanto nas abordagens quanto em uma das entrevistas, com a participante Carol.

Sobre as colaboradoras dessa pesquisa, temos duas: Carol Melo, que tem 25 anos, é mulher transexual, negra e é de Barbosa Ferraz-PR. No momento reside em Maringá-PR. Sua profissão é a prostituição. Ela tem o ensino básico completo, ou seja, concluiu até o fim do Ensino Médio. E a segunda é Anne, que tem 50 anos, é mulher transexual, branca e é de Uruguaiana-RS. No momento reside em Paranavaí-PR. Recorreu à prostituição na adolescência. É organizadora do Coletivo LGBTI+ de Paranavaí-PR. Ela tem o Ensino Fundamental I incompleto, concluído até a 3ª série, interrompendo os estudos na 4ª série da antiga seriação do ensino fundamental I (1ª a 4ª série). Os nomes delas são fictícios e escolhidos pelas mesmas, conforme quiseram.

São duas as cidades que envolvem essa pesquisa: Maringá e Paranavaí, ambas no Paraná, que são as cidades da Carol e da Anne, respectivamente. O panorama do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) informa que a população de Maringá, em 2018, é estimada em 417.010 pessoas, já Paranavaí é estimada em 88.374 pessoas (IBGE, 2020).

Fui a campo em Maringá pela primeira vez no dia 03 de Abril de 2019, à noite, com a Lua. Fomos de carro na Avenida Colombo, região de muito fluxo de carros, que muitas delas escolhem como pontos. Por uns trinta minutos, percorremos esta avenida para perceber os lugares de concentração.

A abordagem era apresentarmos, perguntar o nome, desculparmo-nos por estar incomodando em seu horário de trabalho e bater um papo rapidíssimo sobre a pesquisa e sobre nós, proporcional ao interesse delas. Abordamos algumas naquele dia, mas destaco Carol, uma de nossas participantes.

No entanto, não foi nos primeiros contatos, nem na primeira tentativa de encontro que a entrevista aconteceu. Tentamos marcar em parques, ou

qualquer outro lugar que ela desejasse, e não acontecia. Esses desencontros fizeram com que refletíssemos como algumas formalidades acadêmicas não cabem para essa pesquisa. Mesmo acreditando que o mais adequado para o local da entrevista seria um parque ou praça, em uma tarde, já que trabalham a noite, percebi que não funcionou.

Foi então que Lua sugeriu fazermos em um bar, convidou Carol para tomar uma cerveja, fazendo a entrevista. Ela aceitou e sugeriu que fôssemos à noite, no horário em que ela está na rua a trabalho. A ideia sobre fazer no bar nos fez refletir sobre o risco que poderia haver entre bebida alcoólica e coletas de dados pessoais. Entretanto, por que insistir em fazer com que as participantes de pesquisa adequem-se às nossas pesquisas, correndo o risco de perder uma entrevistada? Como recusaríamos entrevistar em um lugar que as fazem se sentir bem, apenas para cumprir formalidades acadêmicas, onde não cabem suas existências?

Então fomos ao bar, em um que todas nós nos sentíssemos bem e aceitas. Lua nos acompanhou na entrevista. O bar estava bem vazio, o que favoreceu o diálogo. Fizemos as contextualizações iniciais, pedimos um 'litirão' e iniciamos a gravação. Ficamos um pouco mais de uma hora e foi um momento muito agradável. Por fim, levamos Carol em seu ponto de trabalho e partimos.

Contatamos Anne, uma amiga, para saber se ela aceitava ser entrevistada. Ela também aceitou, fechando, assim, minha segunda entrevista. Foi na cidade dela, Paranavaí, em sua casa. As mesmas contextualizações iniciais de Carol também foram feitas à Anne.

Escrevemos narrativas de suas histórias e mostramos para cada uma, para que conferissem, pedindo que retirassem ou acrescentassem o que quisessem. O de Carol foi pessoalmente, em seu ponto. Já o de Anne, devido à distância, foi por *Whatsapp* e e-mail.

### **E onde há mar, navegar, transbordar, em águas salgadas lavar...**

Dentro do Mestrado em Educação, os estudos nas disciplinas, a participação no grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (Nudisex), os processos de escrita e as leituras da pesquisa contribuíram para pensar e refletir no chão do trajeto da pesquisa. Trajetos de sins e não das meninas nas ruas, dos "bolos" nas entrevistas, das visualizações sem ou com respostas nas mensagens de celular, da animação no sucesso da primeira entrevista, do campo rua, da alegria na amiga que topa ser colaboradora, das lembranças de tudo e muito mais durante a escrita.

E desses diálogos e encontros, que foram um momento de treinar a atenção, a escuta aguçada, a empatia e os afetos. As entrevistas foram barcos

que permitiram navegar e conhecer a profundidade do oceano das sereias colaboradoras dessa pesquisa.

Carol compartilhou sobre sua relação com o professor de Educação Física, que afetava tanto suas notas quanto o desinteresse em participar dessas aulas, já que havia divisões binárias de gênero nas atividades. Mesmo quando o professor permitiu que fizesse com as meninas, ela conta que já se sentia bloqueada com relação a ele.

Sobre dividir a partir de dois gêneros, pensamento entendido como binarismo, concordamos com Berenice Bento (2012) e Guacira Lopes Louro (2018) que somos formadas para exercer a trindade sexo-gênero-sexualidade conforme nos atribuíram socialmente. Um corpo com vulva, por exemplo, terá que reiterar a norma de gênero feminino e ser mulher, e a sexualidade heterossexual, relacionando-se com homens com pênis.

Desse modo, as pessoas terão que expressar apenas um dos dois gêneros conforme lhe foram designados, ignorando outros arranjos sociais e suas histórias pessoais, porque gênero é entendido como de caráter imutável, a-histórico e binário (LOURO, 2018).

Bento (2012) discute que tanto na família quanto na escola, os discursos limitam as expressões de gênero desde a infância, como 'menino não chora!', 'comporte-se como uma menina!', 'isso é coisa de bicha!', moldando para a reprodução da norma de gênero, também chamada de cisnormatividade.

Sobre cisnormatividade, Berenice Bento (2012) explana que se refere ao corpo-sexuado. O sistema binário é entendido como natural e há apenas duas formas possíveis de existência: feminino, a vulva, e masculino, o pênis.

A heteronormatividade objetiva a heterossexualidade como única forma saudável e legítima de viver a sexualidade (LOURO, 2003). Ela define quem é representada nas práticas políticas e discursivas, dita o que dever ser considerado normal ou anormal, afirma ou nega identidades. Mesmo que discutir sobre mulheres transexuais possa nos remeter primeiramente às questões de gêneros, a heteronorma as violenta por não contemplar suas existências e não as consideram heterossexuais, caso elas se decidam declarar dessa forma. Então, são violentadas pelas normas de sexualidade e de gênero.

A escola é um dos espaços em que aprendemos a performar nosso gênero designado e que deslegitima as existências que não cabem na norma, sob pena de censura (BENTO, 2012). A instituição escolar, quase sempre, nega o direito da criança de explorar o mundo, se conhecer e experimentar a feminilidade, a masculinidade e transitar. É mal interpretada e julgada quanto à sua sexualidade ou ao seu gênero.

Chimamanda Ngozi Adichie (2017, p. 26) afirma que “se não empregarmos a camisa de força de gênero nas crianças pequenas, daremos a elas o espaço para alcançar todo o seu potencial”. Assim, nós seríamos muito mais potentes se não nos limitassem desde a infância.

Através dos relatos de Carol, ela perdeu o desejo e não participou de maneira satisfatória nas aulas de Educação Física por razão das divisões por dois gêneros. Limitaram-na tanto quanto suas e seus colegas a determinadas atividades nas aulas, ao invés de formar indivíduos completos.

Simone de Beauvoir (1967) acredita que alcançaríamos indivíduos completos se homens e mulheres tivessem acesso ao feminino e ao masculino, sem as/os reduzirmos às normas de gênero que nos aprisionam. Para Judith Butler (2016), tais normas servem para regular a sociedade em que vivemos.

Enquanto Carol expõe uma lembrança negativa sobre as aulas de Educação Física, Anne relata que a única lembrança boa que teve no período escolar foi uma professora dessa disciplina que lhe foi compreensiva e carinhosa, no dia em que Anne foi de sutiã à escola, expondo que de resto era massacrada.

Com relação às colegas, Carol conta de maneira resumida que existiam momentos de tensão escolar, como as provocações, mas que ela contornava essas situações, além de haver melhora quando se entendeu como mulher transexual, sendo esse o melhor momento na escola.

Já Anne não fazia amizade com meninos nem meninas, e via-se como alvo constante por ser considerada afeminada e diferente, por isso não participava das brincadeiras. Não brincar nem ter contato com as crianças fez com que sentisse que perdeu o direito de ter infância e que viveu em confronto com todo mundo na escola.

Confrontos que só aumentavam ao ponto de resultar em alguns meninos a estuprarem no banheiro da escola, quando estava com 12 ou 13 anos. Ela gritou por socorro até conseguir fugir. Ao denunciar o ocorrido para a equipe pedagógica, sofre outra violência, que foi a culpabilização e a expulsão, pela direção da escola.

Anne: eu falei ‘mas eles foram me atacar!’, ‘mas a culpa é sua, é esse seu jeito que faz o menino fazer isso, a culpa é sua e não sei o quê...’ e eu fui expulsa da escola.

Eu: E você foi expulsa!

Anne: aí nunca mais voltei a estudar.

[...]

Anne: Então, tipo assim, a minha passagem, que nem eu te falei, é curta, tipo, eu não tenho um histórico assim, sabe. Eu, quando alguém me pergunta, eu falo, se for falar, eu nem tenho histórico escolar, eu nem estudei, porque essas situações todas que eu passei, tipo, nenhuma delas me colocou, entendeu, dentro de uma situação, tipo, de um trabalho pedagógico...

Nesse excerto da fala da Anne percebemos que a escola é uma instituição transfóbica e ceifadora de violência. Além de que não respeita a diversidade, culpabiliza a vítima e deixa impune quem viola. Por fim, extermina as existências que fogem do padrão. Assim, o espaço escolar não só se negou a oferecer um trabalho pedagógico, mas foi o território de preconceitos e violências, como Luma de Andrade (2012, p. 103) conclui que

O olhar da maioria dos(as) alunos(as), dos(as) professores(as) e dos(as) gestores(as) se direciona para a vestimenta, não apenas para a roupa em si, mas para os —adereços que a sociedade convencionou chamar de femininos. Ao mesmo tempo em que a travesti é vista, ou melhor, sentida, pela sua geografia corporal, pela sua cartografia da feminilidade, pela sua engenharia estética e pela sua autocriação poética, é identificada também pela negação de toda essa obra de arte.

Assim, viver e transpassar as barreiras do universo cis é um afronta ao padrão cisnormativo. Amara Moira Rodvalho (2017) afirma que o cis é o padrão entendido como natural e define o prefixo 'trans' como aquilo-que-cruza. E o prefixo 'cis', 'aquilo-que-deixa-de-cruzar'. Este só surgiu depois de setenta anos após aquele.

Cis é marcador de hegemonia, assim como o masculino, branco, heterossexual, elite, etc., que objetiva manter o poder sobre a sociedade. "Os desdobramentos desse sistema político não-nomeado constituem-se na hegemonia branca em sociedades fundadas pelo colonialismo e imperialismo branco ocidental" (Sueli CARNEIRO e Roseli FISCHMANN, 2005, p. 49). Rodrigo Pedro Casteleira (2018, p. 9 grifo do autor) define "**hegemonia**: termo caralha de chato que poderia ser traduzido como estrutura formativa para agradar gente ocidental branca que não aceita nada contrário a ela".

A heteronormatividade e a cisnormatividade são normas hegemônicas que moldam corpos e estilísticas de vida. E quando não se encaixam nessas normas, são reprimidas e censuradas (LOURO, 2003). Mas como limitar em uma lógica binária tantas formas e corpos? Butler (2019, p. 26) rompe com esse pensamento quando anuncia que gênero e sexo não têm relação, pois

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, no qual o

gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino.

Ao romper com tal limitante de crença, os corpos e existências de pessoas trans são vistos como transgressão. Dessa forma, não são bem-vindas em diferentes espaços da sociedade, como a escola. É negado seu direito de aprendizagem sobre suas estilísticas de vida, seus corpos e sua história. Ou pior, colocam-nas como o desvio, não reconhecendo que elas sejam participantes da sociedade.

A escola expulsa travestis e mulheres transexuais, seja explicitamente, como foi com Anne, ou de forma velada. Para Bento (2012), a transexualidade é uma potência capaz de abalar a cisheteronormatividade, por isso que a hegemonia tanto insiste em sentenciá-la como anormalidade. Para Adriana Sales (2018), o preconceito já está institucionalizado na escola e a expulsão, fruto da transfobia, resulta em poucas formações de pessoas trans.

A falta de formação escolar fez com que Anne se tornasse protagonista de si em sua educação. Através do autodidatismo, ela estudava sozinha na biblioteca para aprender a realizar trabalhos, como cavar poço, derrubar árvores, etc., a fim de conseguir dinheiro para a sobrevivência e sustento de sua família. Ela desabafa que sente raiva de ter precisado recorrer a tantos trabalhos e não ter recebido anteriormente essa formação.

Carol relata que seu primeiro emprego foi em um supermercado em Maringá, onde ela ia trabalhar maneirando suas vestimentas porque ela queria manter o emprego. Depois, ela iniciou o processo de transição corporal junto com uma amiga e decidiu largar o emprego formal em que estava para se prostituir, embora ela se arrependa porque o outro oferecia estabilidades e rotinas que a rua não oferece.

Carol: Aí tá, aí a gente começou a fazer a transição juntas, entendeu? Só que aí depois, aí eu fui me envolvendo, me envolvendo, me envolvendo, me envolvendo, conheci as meninas, comecei a querer descer pra rua pra trabalhar, fazer programa, porque né, passava, via as meninas lá, pensava "Ai, coragem, vou pra lá também" - risos.

Lua: Mas você veio fazer programa por vontade própria?

Carol: Sim. Por vontade própria. Ah, eu falei, eu achei que seria uma vida mais fácil, mas realmente não é uma vida mais fácil do que você tá ali todo dia pegando busão indo trabalhar e voltar, não é uma vida

mais fácil. Hoje, se eu pudesse voltar atrás, tipo, e mudar totalmente, nossa, jamais eu teria deixado aquilo pra tá nisso hoje. Aí comecei...

Lua: Gata, não rola tentar recuperar o emprego, ir lá, conversar...

Carol: Gente, mas como? É, sabe, por mais que as pessoas falem que não tem preconceito, na hora desses negócios tem sim. Rola, acho que rola.

[...]

Eu: Porque pelo que eu entendi, na época que você tava trabalhando então você não tinha esse padrão, transição, talvez que te... impedir que as pessoas fossem menos preconceituosas...

Carol: Não, jamais, jamais eu tinha colocado silicone na bunda, entendeu? Peito, essas coisas...

No excerto da entrevista de Carol, ela pontua que a transição corporal é uma sentença de negação do mercado formal de trabalho para a mulher transexual. Essas tecnologias de transições corporais permitem as construções de identidades e corpos, afinal, elas são construídas (LOURO, 2003). Não apenas isso, mas também desconstruir, reconstruir, serem manipuladas, transformadas, etc. (PRECIADO, 2018).

O Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE, 2018) explica que o hormônio sintético autoadministrado por travestis e mulheres transexuais é feito geralmente de forma inadequada. Recorrem a ele justamente por não terem acesso suficiente aos serviços públicos de saúde, resultando em doenças coronarianas, Acidente Vascular Cerebral (AVC) e fenômenos tromboembólicos.

O IBTE (2018) também trata do uso inapropriado do silicone industrial porque a maioria usa daquele que é destinado para lustrar e lubrificar peças de automóveis, o que é imensamente nocivo ao corpo. Isso causa vários problemas de saúde ou mesmo a morte. Mesmo com os riscos, ainda é a solução mais barata.

Os riscos do silicone industrial atingiram Carol e também Tiffany, que seria uma das participantes da pesquisa. A primeira conta-nos que teve sucesso na primeira aplicação nos peitos, porém não teve na segunda. Por consequência teve embolia pulmonar. Já com Tiffany, no momento em que entrei em contato com ela para marcar a entrevista, não pode aceitar porque estava sofrendo complicações com a aplicação do silicone industrial inadequada no bumbum, que gerou inflamação de um dos lados, necessitando fazer drenagem.

Para Maria Léo Fontes Borges Araruna (2018), nem sempre o uso dessas tecnologias é para fins apenas estéticos, mas são recursos necessários para

transitar sofrendo menos violências. Fazendo com que o corpo seja entendido de acordo com sua identidade de gênero.

Rodrigo Pedro Casteleira (2014) explana que as travestis usam de recursos, como os cosméticos, a fim de aparentar juventude e, assim, negar o processo de envelhecimento. Amara Moira (2016, p. 16) afirma que ser jovem, a 'carne nova', inexperiente, a 'virgem' atrai atenções dos clientes. "Bem bicho do mato mesmo, meu charme talvez, porque em menos de meia hora já pararam vários e, dessa vez, mesmo gaguejando, acabei fisingando fácil o primeiro. Carne nova atrai atenção, me disseram...".

Se considerarmos os dados da Agência Senado (2017, s/p) de que a "expectativa de vida das travestis e das mulheres trans é de 35 anos. A média nacional, segundo dados do IBGE é de 75,5 anos", podemos refletir quão complexa pode ser a velhice de travestis e mulheres transexuais.

Por mais que haja diferenças nas faixas etárias e suas formações escolares, Carol de 25 anos de idade e Ensino Básico completo e Anne de 50 anos de idade e Ensino Fundamental incompleto, ambas enfrentaram dificuldades no período escolar, mesmo que tenham sido violências diferentes e em intensidades distintas. Anne ainda itera que "se você for conversar com a maior parte das trans, travestis da minha idade, todas elas passaram pela minha situação, tipo, muitas delas têm a quarta, quinta série, terceira série". Assim, para ela, mulheres transexuais e travestis de sua faixa etária e de seu ciclo social não tiveram muito sucesso na formação escolar.

Ainda que mulheres transexuais façam cirurgias e expressem feminilidade, Luma de Andrade (2012) afirma que elas não conseguiriam aprovação social, pois lhes faltaria o que a sociedade considera essencial, da ordem da natureza e da biologia.

Tais violências de negação social, consequente da normatividade binária, corroboram para que elas tenham seus direitos negados ou dificultados, com relação ao ingresso ao mercado formal (LOPES, Herbert; Peres, William Siqueira; SALES, Adriana, 2020).

Também o ciclo social de Carol a incentivou a ser puta e a fazer a transição corporal. O seu corpo em transição não é atraente para o mercado de trabalho formal, mas sim para os clientes na rua. Quando mulheres transexuais e travestis decidem alterar suas rotas são perseguidas pela sociedade por meio dos estigmas e tornam-se errantes por não aceitarem seu 'trajeto oficial' como homens (ANDRADE, 2012). Desse modo,

para a sociedade de modo geral, a travesti não pode sair da rota e ser nômade, ou ela segue o caminho, ou se perde. Por mais que ela insista que há vários caminhos, a sociedade vai colocá-la à margem e

oferecer os atalhos; posto que ela não aceitou o trajeto oficial, não vai ter, oficialmente, o direito de construir veredas ou estradas carroçais. É isso que chamamos de (des)caminho(s), quando analisamos os conceitos dos intelectuais da academia e das inúmeras definições dos participantes da pesquisa – alunos(as), professores(as) e gestores(as) –, percebemos que as identidades travestis estão no limbo, entre o normal e o anormal (ANDRADE, 2012, p. 114).

Anne afirma que a sociedade quer que as mulheres transexuais estejam nas ruas e não no mercado de trabalho formal porque consomem muito a prostituição. Caso elas decidam cruzar essa barreira, serão retiradas, para que elas não ocupem os mesmos espaços sociais.

Anne: É... o consumo é muito grande a sociedade consome muito, eles são muito consumidores da prostituição, aqui entendeu? E é o que mantém as trans na marginalidade, porque se tirar eles perdem o produto de consumo deles que é a prostituta, se eles se oferecerem em outra condição de trabalho, eles vão tirar, e a outra situação é que eles não querem a gente na sociedade, eles não querem a gente junto nos mesmos espaços.

Desse modo, as mulheres transexuais são expulsas da escola e também do mercado de trabalho formal. Assim, a estatística que expus anteriormente de 90% de travestis e mulheres transexuais estarem em profissões sexuais atingiram Carol e Anne.

Anne: [...] eu sabia que eu como trans não ia fazer nada, e a única chance que eu ia ter, era tipo assim, se eu quiser trabalhar normal eu ia ter que me vestir de menino, se eu for viver como trans eu tenho que ser puta, entendeu?

Anne demonstra com sua fala que no destino dela só caberiam dois destinos: disfarçar-se com roupas masculinas para inserir-se no trabalho formal, ou seja, negar sua identidade. Ou assumir-se trans e aceitar o único destino que ela acreditava que assim lhe cabia, que seria a prostituição. Dessa forma, tanto para Carol quanto para Anne, assumir suas identidades seria assumir ser puta.

Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) atenta que nossas produções acadêmicas sobre travestis e mulheres transexuais não podem ser reduzidas à ótica da exploração sexual e discutir de formas estereotipadas sobre elas, demarcando a prostituição e a indústria da beleza como o seu local. Então, reforçamos nossa visão de que a prostituição nem sempre é o lugar que aprisiona e faz delas vítimas ou sofredoras, mas pode significar autonomia e aceitação.

Sobre autonomia e aceitação, ser puta é uma oportunidade para travestis e mulheres transexuais que não questionará suas expressões, oferecerá autonomia financeira e permitirá que sejam agentes da ação, afinal, elas são as negociadoras e protagonistas (OLIVEIRA, 2018). A colaboradora da pesquisa Carol opta por ser puta porque observava que lá era o espaço para as mulheres como ela e também porque acreditou que seria mais fácil do que um trabalho formal, embora hoje pense diferente, como discutimos anteriormente.

a ideia da prostituição como um destino comum, considerado o único território possível para a existência de travestis e transexuais, é uma evidência desta violência, conduzida por uma dinâmica social excludente (LOPES, Herbert; Peres, Wiliam Siqueira; SALES, Adriana, 2020, p. 308).

Carol e Anne admitem que ser puta é a forma de existência para travestis e mulheres transexuais e, à medida que fizessem a transição, conseqüentemente teriam que ser putas. Para compreender sobre a prostituição, questionei Carol sobre, sendo ela uma mulher transexual na prostituição.

Eu: Como que pra você, assim, no espaço da prostituição, porque, eu não vivenciei isso, é, eu vejo que, dentro da universidade seria aquela coisa cada um fala uma coisa, mas eu queria saber de você, que tá ali dentro... Que tá ali fora, literalmente, né?

Carol: Rola esse papo lá?

Eu: Ai, rola...

Lua: Mas é que assim, gata, a gente tem um problema muito sério, que isso que a Clara fala é muito importante, porque, assim, muitas pessoas querem pesquisar sobre travestis, e muitas pessoas querem falar o que elas querem sobre a gente, entende? Então tem uma galera fazendo uns trabalhos sobre a gente, que a gente lê e não concorda muito. Então a gente tá fazendo esse tipo de pesquisa pra gente saber o que que as gata travesti tem pra falar.

Eu: Sim!

Lua: Sabe? É um pouco por aí, assim. Então tem uma galera que fala que a prostituição é, tipo assim, o lugar da coitadinha, ninguém quis ela no mundo, então ela foi pra prostituição.

Eu: Exato!

Lua: E a gente ouve muita gente falando "Não, não é bem assim que funciona". Algumas pessoas falam "Não, realmente, é foda", ou então, tipo, fala "Não, foi um bagulho que rolou na minha vida e é isso, tamo aí". Tem uma galera que fala "Ah, eu não gosto, mas tamo

aí”, mas assim, eu nunca vi ninguém concordar em peso com o que está escrito lá, nessas pesquisas, sabe?

Eu: E eu nunca vi alguém que está na prostituição falar: “É tal coisa”.

Lua: É.

Carol: Tá, mas aí... Ah, eu acho que é isso, eu acho que não, acho que tem pra todo mundo. Se é trans, tem trans aí trabalhando como vendedora, trabalhando no shopping, trabalhando como modelo, trabalhando como isso e aquilo, e eu acho que a prostituição, a prostituição está aí pra quem quer, entendeu? Eu quero tá aqui nesse momento. Futuramente eu não vou querer tá. Né? Então eu acho que... Faz da sua vida quem... o que quiser, não é? Eu acho que não.

Lua: Entendi.

Carol: Não é porque eu sou coitadinha que eu mereço tá aqui.

Eu: Exato.

Lua: Eu não vejo muito por esse lado.

Carol: Eu não, também não vejo não.

Eu: É.

Lua: Mas eu concordo que também não é o rolê mais fácil, que nem cê falou, esse negócio de pegar busão também é sofrido, mas é...

Carol: Ah, mas eu preferia... Eu preferia.

Lua: Com certeza.

Carol: Tipo, não tenho mais essa coragem, mas eu até preferia. - risos.

Lua: Sim.

Carol: Quem sabe, futuramente?

Carol declara que vê que ser puta é acessível a qualquer pessoa, é só uma das possibilidades, que ela escolheu naquele momento estar na prostituição, todavia, não deseja isso por muito tempo e preferia estar no mercado formal, conforme discutimos anteriormente. Ainda que ser mulher transexual ou travesti e puta seja normal, Luma Andrade (2012) afirma que essa regra só cabe a elas, não à sociedade em geral, que segue sendo anormal, pois

no caso da travesti é uma anormalidade que se transforma em normalidade, é uma norma social que coloca a travesti na margem, que a transforma em marginal, que transforma o garotinho (lá do início da corrida) que aparentemente tinha tudo em uma travesti que oficialmente não tem nada, que não tem família, emprego, casa, escola, igreja, amigos, espaço, direitos, a não ser o direito de estar na esquina e no bordel (ANDRADE, 2012, pp. 112-113).

Assim, ser puta não é sofrimento, pois é nas ruas que podem assumir seus corpos, transições, existências, autonomia e protagonismo. Mas também não é um mar de rosas, pois suas rotinas não trazem tantos benefícios quanto o mercado formal, nem alternativas diferenciadas de profissão.

### **Considerações finais: uma gota no oceano**

Através dos diálogos e imersão ao campo, nossas escutas para Carol e Anne identificaram semelhanças e diferenças que resultaram em dados para nossas reflexões.

Enquanto Carol passou por um período escolar menos hostil, mas ainda assim violento, Anne viveu na escola momentos considerados traumatizantes. Carol inquietava-se sobre atividades que separavam por gênero e que a deixavam bloqueada e também com as provocações de colegas, que ela mesma contornava a situação para resolver. E Anne lamenta-se da ausência de um trabalho pedagógico que a fizesse aprender, assim como desabafou sobre o estupro em que foi vítima, mas punida com a expulsão.

Reduzir a expressão de gênero a uma concepção binária é ignorar as diferentes sociedades e a construção histórica pessoal (LOURO, 2018). Entretanto, as escolas limitam as pessoas para atender uma norma de gênero, sentenciando à anormalidade as existências que não cabem (LOURO, 2003). É nela que aprendemos a performar nosso gênero e sofremos censuras, caso desviemos (BENTO, 2012).

Para Anne, as censuras resultaram em expulsão declarada. Assim como travestis e mulheres transexuais deixam os estudos por sofrerem violências por suas estilísticas de existência, podemos afirmar que isso se trata de expulsão (BENTO, 2012).

A questão é que suas existências não são aceitas na nossa sociedade. Então, quando ocupam os espaços profissionais formais, são expulsas. O pouco que Carol e Anne conseguiram estar nesse espaço, foi porque disfarçavam seus corpos. Ambas concordam que para assumirem seus corpos femininos conforme desejavam, teriam que recorrer à prostituição.

O ciclo social incentivou Carol e Anne a serem putas. Anne reitera que a sociedade as quer putas porque precisa consumir a prostituição e porque não as querem nos mesmos espaços sociais. Expulsas da sociedade, elas encontram nas ruas o poder da autonomia e da aceitação.

## Referências bibliográficas

- ADICHIE, C. N. 2017. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras.
- AGÊNCIA SENADO. 2017. *Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. 2015. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 131-149.
- ANDRADE, L. N. 2012. *Travestis na Escola: Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa*. 279f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza.
- ANTRA. 2018. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.
- ANTRA. 2019. *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018*. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2019.
- ARARUNA, M. L. F. B. 2018. *O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos*. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/23942/15522>>. Acesso em: 12 mai. 2019.
- BEAUVOIR, S. 1967. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- BENTO, B. 2012. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense.
- BUTLER, J. Corpos que falam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. São Paulo: Autêntica, 2016. pp. 151-172.
- BUTLER, J. P. 2019. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- CARNEIRO, A. S. 2005. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo.
- CASTELEIRA, R. P. 2014. *As sereias também envelhecem: memória, corpo e travestilidade*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Maringá.
- CASTELEIRA, R. P. 2018. *(Des)pregamentos e táticas nos cotidianos narrados por travestis: desalojamentos nos espaços prisionais como modos de (r)existências*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: Maringá*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: Paranavaí*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranavai/panorama>>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- IBTE – Instituto brasileiro Trans de Educação. 2018. *Mapa de Professorxs Trans*. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?ll=4.174901964406661,-72.92278009999995&z=3&mid=1BuyfeMcMu3NSUjule1b79nPqA6NtmZEf>>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- KASTRUP, V. 2015. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, pp. 32-51.
- LOPES, H. P.; PERES, Wiliam Siqueira; SALES, Adriana. 2020. Prazeres, práticas sexuais e abjeção: travestis, transexuais e os limites em ser “gente”. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 32, n. 3., pp. 306-317.
- LOURO, G. L. 2003. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis - RJ: Vozes.
- LOURO, G. L. 2018. *Um corpo estanho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 3ª rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- MOIRA, A. 2016. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo Editora.
- OLIVEIRA, M. R. G. 2018. Transexistências Negras: o lugar de Travestis e Mulheres Transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. In:

- RIBEIRO, Paula... *et al.* *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ações) nos espaços de educação*. Rio Grande/RS: Ed. da FURG, pp. 69-88.
- PRECIADO, Paul B. 2018. *Transfeminismo no Regime Farmaco-pornográfico*. Tradução de Thiago Coacci. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- RODOVALHO, A. M. 2017. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*. Florianópolis/SC, vol. 25, n. 1, pp. 365-373.
- ROSA, R. M. 2017. *A cartografia como estratégia de pesquisa: agenciamento de afetos*. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/rizoma/article/viewFile/3266/m%C3%A9todo>>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- SALES, A. 2018. *Travestis brasileiras e escolas (da vida): cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades*. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis.